

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA AO EXAME E A AVALIAÇÃO DA CRISE
ECONÔMICA-FINANCEIRA E, AO FINAL, FORMULAR PROPOSTAS AO
PODER EXECUTIVO E AO PAÍS, ESPECIFICAMENTE NO QUE DIZ
RESPEITO À REPERCUSSÃO NA INDÚSTRIA**

REQUERIMENTO Nº , DE 2009

(Do Sr. Armando Monteiro)

Requer audiência pública com o Sr. José Augusto de Castro, Vice-Presidente da AEB – Associação do Comércio Exterior do Brasil, Sra. Elisabeth Carvalhares, Presidente Executiva da BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel, Sr. Carlo Lovatelli, Presidente da ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness e o Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que ouvido o plenário da Comissão, sejam convidados o Sr. José Augusto de Castro, Vice-Presidente da AEB – Associação do Comércio Exterior do Brasil, Sra. Elisabeth Carvalhares, Presidente Executiva da BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel, Sr. Carlo Lovatelli, Presidente da ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness e o Sr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, para, em reunião de audiência pública, discutirem os efeitos da crise financeira mundial na economia brasileira e suas repercussões na indústria, especialmente quanto às dificuldades de seguro de crédito e financiamento das exportações.

JUSTIFICATIVA

Iniciada nos Estados Unidos com o chamado estouro da bolsa imobiliária, a crise econômica agrava-se agora no Brasil atingindo os setores produtivo e financeiro. A economia brasileira registrou no quarto trimestre do ano passado uma queda de 3,6% em relação ao terceiro trimestre, o maior recuo da série histórica do PIB, iniciada em 1996.

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria apontou que num universo de 431 empresas consultadas, 54,8% disseram que, em março, os efeitos negativos da crise aumentaram em relação a dezembro.

São dois os canais principais de transmissão e de perpetuação desses efeitos na economia brasileira: a forte contração do crédito e a redução da demanda externa com uma recessão global severa e prolongada. A questão do crédito, tanto na dimensão doméstica como no aspecto externo, deve ser campo de atenção e de ações, pois se encontra no cerne da origem das dificuldades. Por outro lado, o problema da reativação da demanda mundial será o principal determinante da duração da crise, mas ao mesmo tempo o de mais difícil superação, pois depende de condições exógenas à economia brasileira.

Acredito que essa comissão deva concentrar-se nessas questões e nas questões relacionadas ao investimento, por entender que delas depende a superação das dificuldades e o retorno ao crescimento.

Nesse sentido, as ações de enfrentamento da crise têm duas dimensões. Uma de caráter emergencial, que diz respeito à transição. Nela se encontram as necessárias ações de ajuste nos ambientes macroeconômico e microeconômico para que a economia como um todo e os agentes econômicos individualmente – isto é, empresas, trabalhadores e consumidores – se adequem à nova situação. Outra de natureza estrutural, ou a dimensão da transformação, que irá preparar a economia para a superação da crise e a retomada do crescimento.

Nestes termos, a crise não pode ser encarada apenas como um problema – emergencial e preocupante – mas também como um desafio. É crítico,

portanto, construir uma agenda estruturante para seu enfrentamento e a mitigação das dificuldades e seus impactos. Além das ações emergenciais voltadas à recuperação da normalidade das condições de liquidez financeira e à manutenção da demanda doméstica, é imprescindível desenvolver simultaneamente as condições necessárias para o crescimento econômico sustentável. Vale dizer, retomar uma agenda positiva e preparar o ambiente econômico para a continuidade do crescimento sustentado.

As medidas adotadas pelo governo para combater a crise precisam de maturação para avaliar seus resultados. Foi louvável a iniciativa do Presidente da Câmara dos Deputados de criar comissões especiais para monitorar e sugerir propostas de enfrentamento da crise ao Governo Federal. O Congresso Nacional é o fórum adequado para ouvir todos os segmentos afetados.

As informações prestadas pelos convidados nas audiências públicas, irão embasar essa Comissão Especial na elaboração das proposições, proporcionando a todos os membros profundo conhecimento dos efeitos da crise nos diversos setores da indústria.

Sala das Reuniões, em de março de 2009.

Deputado ARMANDO MONTEIRO
PTB/PE